



Handwritten signatures

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO NÚMERO 621/2019

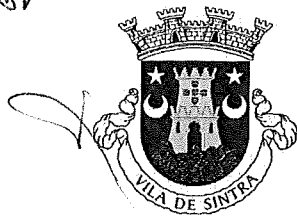
DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

**ENTRE O MUNICÍPIO DE SINTRA E A E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E
BELAS**

**- ADITAMENTO AO PROTOCOLO N.º 37/2014, DE 28 DE MARÇO, DELEGAÇÃO
DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS –**

Considerando que:

- O artigo 131.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro dispõe que *“Os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais”*;
- O Município de Sintra celebrou em 28 de Março de 2014, o Protocolo n.º 37/2014, de delegação de competências de gestão e conservação de Espaços Públicos com a Junta da União de Freguesias de Queluz e Belas;
- No âmbito dos anexos ao Protocolo então celebrado, figuram inúmeros espaços verdes e equipamentos cuja gestão e conservação se encontra delegada;
- O Parque Municipal do Pego Longo, espaço integrado em domínio municipal, constitui uma zona de lazer para os residentes daquela zona, de Queluz e de Belas;
- Urge proceder à delegação da gestão e conservação relativamente a esse espaço em concreto para que a União de Freguesias o assuma, em termos de igualdade com os demais que constam do anexo ao Protocolo n.º 37/2014;



- As relações de índole convencional entre o Município e a União de Freguesias, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser formalmente concretizadas através de um contrato interadministrativo;
- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *“permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo actual”*;
- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exactamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *“ponto de encontro de duas gestões públicas”*;
- Tanto o Município quanto a União de Freguesias, visam, no âmbito das respectivas atribuições, *“a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações”* em articulação recíproca;
- A celebração do presente contrato pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respectivos órgãos executivos [alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 131.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];



- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Queluz e Belas autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Aditamento ao Protocolo n.º 37/2014, de delegação de competências de gestão e conservação de Espaços Públicos com a União de Freguesias de Queluz e Belas nas suas reuniões de 25/09/2019 na 4.ª sessão ordinária e 26/09/2019, respectivamente.

Entre:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, em Sintra, titular do cartão de pessoa coletiva de direito público número 500 051 062, neste acto representado pela Exma. Sra Vereadora da Câmara Municipal Dra. Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ao abrigo da alínea iii, nº 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE**;

E

A UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS, pessoa colectiva de direito público nº 510 839 037, com sede na Rua Conde Almeida Araújo, n.º 44, em Queluz, 2745-061 Queluz, neste acto representada pela Presidente da Junta de Freguesia, Senhora Dra. Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, identificado, como **SEGUNDO OUTORGANTE**.

É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo (adiante referido como Contrato), que se rege pelas seguintes Cláusulas:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objecto



1 - O presente contrato tem por objecto a delegação de competências do **Primeiro Outorgante** no **Segundo Outorgante** relativamente à gestão e conservação do Parque Municipal do Pego Longo, tudo em aditamento ao Protocolo n.º 37/2014, de 28 de Março de 2014.

2 – As competências delegadas relativamente ao Parque Municipal do Pego Longo reportam-se à gestão, conservação e manutenção de Espaços de Jogo e Recreio;

3 - À tarefa referenciada no ponto anterior aplica-se especialmente o artigo 5.º do Protocolo n.º 37/2014, de 28 de Março de 2014, sem prejuízo do demais teor desse instrumento convencional.

4 – A titularidade municipal dos espaços não é transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.

Cláusula 2.ª

Princípios

1 – A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.

2- Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.ª

Intangibilidade das atribuições

O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes através de uma delegação de competências, não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da União de Freguesias legalmente fixadas.



CAPÍTULO II

Recursos

Cláusula 4.^a

Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza ao **Segundo Outorgante** os recursos de acordo com o **Anexo** ao presente contrato.

2 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.

CAPÍTULO III

Acompanhamento e controlo

Cláusula 5.^a

Acompanhamento e controlo

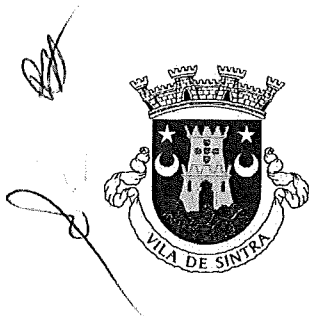
O acompanhamento e aconselhamento ao **Segundo Outorgante** relativamente ao desenvolvimento das tarefas ora delegadas por parte do **Primeiro Outorgante**, incumbe à DGEV.

CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 6.^a

Entrada em vigor e período de vigência



O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respectiva subscrição e vigora até à assunção pelo **Segundo Outorgante** das novas competências previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais).

Cláusula 7.ª

Revogação

1 - O presente contrato é susceptível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.

2 – A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Cláusula 8.ª

Ocorrências e Emergências

O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afecte ou possa afectar de forma significativa o objecto do presente contrato.

Cláusula 9.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes estas deverão ser dirigidas, através de correio electrónico, com aviso de recepção e leitura para o respectivo endereço electrónico, identificado neste contrato, a saber:



a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt

b) União de Freguesia de Queluz e Belas: geral@ufqueluzbelas.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto por via electrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula 10.^a

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato

Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Clausulado do Protocolo n.º 37/2014, de 28 de Março de 2014, o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e o Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 11.^a

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Arbitral referido no artigo 9.º do Protocolo n.º 37/2014, de 28 de Março de 2014.

Cláusula 12.^a

Publicitação

O presente Contrato é objecto de publicitação no site institucional do Município de Sintra e da União de Freguesias de Queluz e Belas, sem prejuízo da publicitação legal

das deliberações dos órgãos do Município e Freguesia, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A despesa global máxima estimada para este contrato em 2019 é de €2.293,05, e esta cabimentada no orçamento municipal em vigor na classificação 01.02.00/04.05.01.02 e no plano 4/4.2.2019.166.3 cabimento n.º 7419006803 e compromisso número 7819006930, que se anexa, corresponde ao CT n.º

22



2019/17005104, e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por deliberação tomada na sua 4.ª sessão ordinária de 25 de setembro de 2019.

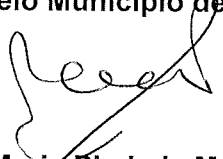
Os orçamentos de 2020 e de 2021 vão contemplar as restantes verbas nos termos dos compromissos anos futuros n.ºs 8819000930 e 8819000931 respetivamente, em anexo.

Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.

O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas **partes Outorgantes** sendo constituído por doze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente, contendo nove páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma delas.

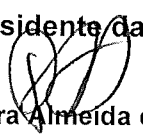
Paços do Concelho de Sintra, 30 de outubro de 2019.

Pelo Município de Sintra


(**Maria Piedade Mendes**)

Pela União de Freguesias de Queluz e Belas

A Presidente da Junta


(Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves)



Anexo

Parque Municipal do Pego Longo			
EJR – Espaços de jogo e Recreio			
Área	1.230,00 m ²		
Manutenção/mês	764,35 €	Manutenção/ano	9.172,20 €

COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819006930

Data: 26.09.2019
Data do último ajuste de valor: 26.09.2019
Regime contabilístico aplicável - POCAL
Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00
Descrição: 2018 - PDC - GESTÃO ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO
Referência:
Serviço Requisitante: GPR

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica
01.02 Câmara Municipal
01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.04 Transferências correntes
D.04.05 Administração local
D.04.05.01 Continente
D.04.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções
4.2 Transferências entre Administrações
2019.166 Descentralização Verbas Freguesia
3 CI manut. parques e polidesportivos

Entidade/Fornecedor: 1000011406 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE QUELUZ
E BELAS

Fundo: 18983

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009071
Nº Cabimento: 7419006803 2018/2021 - PDC - GESTÃO ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO
Nº Processo: CT-2019/17005104
Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	2.293,05
Valor Compromisso:	2.293,05
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Ano	Documento	Montante
2020	8819000129	68.163,00
2020	8819000930	9.172,20
2021	8819000130	68.163,00
2021	8819000931	9.172,20

Total Compromissos 156.963,45

DATA IMPRESSÃO	HORA IMPRESSÃO	UTILIZADOR
03.10.2019	09:49:59	STSOUZA

Visto: HERMÍNIA
MANUEL
ASSUNÇÃO FROIS
GONÇALVES

Assinado de forma digital
por HERMÍNIA MANUEL
ASSUNÇÃO FROIS
GONÇALVES
Dados: 2019.10.03 10:15:30
+01'00'